

ENSINO COMUM E ENSINO ESPECIAL: A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR¹

Sadao OMOTE²

RESUMO: São discutidas questões relacionadas a formação de professores de Educação Especial, apontando dificuldades comumente enfrentadas pelos docentes e estudantes. As críticas freqüentes à Educação Especial são analisadas, avaliando os resultados do ensino especial. Conclui-se que os recursos do ensino especial precisam ser mais criteriosa e adequadamente utilizados, procurando inclusive estabelecer novas formas de relação e de integração com o ensino comum.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino comum; ensino especial; formação de professores.

O objetivo desta comunicação é o de levantar elementos que possam contribuir para aprofundar a discussão acerca da relação entre o ensino comum e o ensino especial destinado a alunos deficientes. Nessa abordagem, será dado destaque a aspectos da formação e atuação do professor especializado.

A formação do professor de Educação Especial vem sendo encarada como mais extensa que a do professor de ensino comum. Aceita-se, quase sem questionamento, que o professor especializado precisa ter a mesma formação e experiência do professor de ensino comum, acrescida da experiência com aluno deficiente e conhecimento sobre deficiências e recursos especiais. Pode-se verificar essa postura na própria Habilitação em Educação Especial, do Curso de Pedagogia da UNESP de Marília. Os alunos que fazem Habilitação em Educação Especial cursam primeiro Habilitação em Magistério. Além disso, esses alunos permanecem

¹ Comunicação apresentada na Mesa Redonda "Ensino Comum/Ensino Especial: formação e atuação do professor", realizada durante a VI Jornada Pedagógica da UNESP, Câmpus de Marília, em novembro de 1994.

² Departamento de Educação Especial - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Marília - SP.

no Curso 1 ano mais que os que fazem outras Habilitações.

Algumas outras qualidades são freqüentemente acrescentadas ao perfil desejável para o professor de Educação Especial, incluindo interesse pela criança deficiente, capacidade para criar e adaptar material e método, curiosidade intelectual sobre deficiências e boa saúde mental. Considerando a natureza social dos problemas relacionados à reação a deficiências e ao tratamento destinado a deficientes, seria também desejável que o professor especializado compreendesse adequadamente, na sua comunidade, o significado da deficiência e dos recursos especiais, as conseqüências da utilização de recursos especiais e os mecanismos de controle social do desvio, bem como a construção do estigma e as práticas institucionalizadas de segregação de deficientes.

A formação de professores de Educação Especial defronta-se com uma série de dificuldades. As Universidades encontram dificuldade para recrutar e contratar docentes com a qualificação desejável para formar professores especializados no ensino de deficientes. Os possíveis candidatos comumente são profissionais sem experiência acadêmica ou pesquisadores sem experiência profissional. Em algumas áreas de conhecimento, simplesmente pode não existir ninguém interessado na docência. Esses problemas podem agravar-se no caso de IES particulares que contratam os docentes em regime de hora-aula.

Os cursos de formação de professores de Educação Especial encontram uma outra variedade de dificuldades, envolvendo os recursos bibliográficos. A bibliografia disponível em língua portuguesa é limitada e a maioria traduzida. As pesquisas brasileiras na área, que não são poucas, são de acesso difícil, pois a maioria dessa produção é relatada em Dissertações e Teses. Os periódicos especializados da área, numerosos hoje em dia, são assinados muito precariamente pelas Universidades brasileiras: poucos títulos assinados e freqüentemente com descontinuidade.

Há relativamente pouco interesse pela profissão. Algumas IES particulares não têm turmas regulares e as Universidades públicas têm muitas vezes turmas reduzidíssimas. Os poucos alunos que procuram os cursos de formação de professores especializados encontram também dificuldade para realização de estágios curriculares, pois muitos desses cursos funcionam no período noturno.

quando não há, em funcionamento, nenhum tipo de atendimento pedagógico à clientela deficiente. Os estágios são, na maioria das vezes, feitos em condições precárias de pouca participação por parte dos estagiários.

Essa precariedade na formação de professores de Educação Especial tem reflexo, obviamente, no próprio funcionamento do ensino especial, que, nos últimos tempos, vem recebendo sérias críticas. Tais críticas envolvem, de um lado, questões relacionadas à estigmatização e segregação do aluno especial e, de outro lado, questionamento acerca da própria eficácia da prática pedagógica adotada na forma de recursos de Educação Especial.

A crítica à Educação Especial não é, na realidade, nenhuma novidade. Nos Estados Unidos, onde as classes especiais na rede pública começaram a ser criadas no final do século passado, a Educação Especial passou por severas avaliações e críticas; alternativas consideradas menos restritivas e segregativas foram propostas. Já na década de 30 começaram a surgir estudos demonstrando que a classe regular propiciava condições e resultados melhores que a classe especial para a aprendizagem acadêmica. Para a aquisição de outras competências como habilidades motoras e manuais ou desenvolvimento pessoal e social, era relativamente indiferente a modalidade educacional. Na realidade, os estudos demonstraram que a classe especial era efetivamente superior que a classe regular, em algumas poucas coisas, como a aceitação do aluno deficiente pelos colegas.

Uma conclusão bastante desconfortável é inevitável: o deficiente que tem o professor especialmente treinado, matricula em classe menor e no programa especialmente planejado para ele, com recursos especiais e mais dinheiro dispendido, consegue alcançar objetivos educacionais no mesmo nível ou nível inferior ao daquele que não conta com essa vantagem e permanece em ensino comum.

Diante desse quadro, educadores especiais notáveis como Orville Johnson e Lloyd Dunn produziram textos que se tornaram leituras obrigatórias na década de 70. Podem-se citar, especificamente, os artigos *Special education for the mildly handicapped - A paradox*, de Orville Johnson, publicado em 1962, e *Special education for the mildly retarded - Is much of it justifiable?*, de Lloyd Dunn, publicado em 1968.

Na década de 80, surgem várias manifestações de estudiosos da área de Educação Especial, dirigindo a crítica ao sistema dual (o ensino comum e o ensino especial) que se criou nas escolas públicas. Alguns documentos apontam a necessidade de compartilhar melhor, entre o ensino comum e o ensino especial, a responsabilidade pela educação de alunos especiais. Nessa direção, pode ser apontado o documento *Educating students with learning problems: A shared responsibility*, encaminhado por Madeleine Will, Secretária Assistente de Serviços de Educação Especial e Reabilitação, ao Secretário da Educação, em 1986 (Carnine & Kamecnuí, 1990). Nesse documento, a autora chama a atenção para os principais problemas da Educação Especial. Esse chamamento passa a ser conhecido por *General Education Initiative* (GEI) ou *Regular Education Initiative* (REI).

Outras manifestações são mais radicais, defendendo a fusão entre a Educação Especial e o Ensino Comum. Nessa direção, pode ser apontado o texto de Stainback e Stainback, publicado em 1984, sob o título "*A rationale for the merger of special and regular education*".

Considerando o estágio atual da Educação Especial no Estado de São Paulo e as críticas e preocupações que têm sido manifestadas, bem como a trajetória percorrida pela Educação Especial nos Estados Unidos, com experiência mais antiga, podem-se levantar algumas conclusões e sugestões.

Em primeiro lugar, é absolutamente indispensável que sejam mantidos os recursos de Educação Especial na rede pública de ensino. A mera eliminação de recurso considerado segregativo não elimina a segregação, muito menos garante a integração. Mais do que os recursos de Educação Especial, o seu mau uso é que precisa ser questionado e eventualmente corrigido. Os recursos de Educação Especial são, antes de mais nada, instrumentos para estender o direito à Educação inclusive às crianças cuja matrícula é recusada pela escola pública por serem portadoras de alguma deficiência. Portanto, a Educação Especial precisa trazer para a escola aquelas crianças que, sem esse recurso, ficariam fora da escola. Talvez aí resida um pouco do caráter especial que possa haver na Educação Especial.

Em segundo lugar, precisa haver uma integração total entre o ensino comum e o ensino especial. Na realidade, o ensino especial precisa ser utilizado como um recurso adicional com que o ensino comum pode contar na sua tarefa de

atender a necessidades educacionais de todos os alunos, inclusive as dos chamados alunos deficientes. Assim, os alunos devem usar os recursos, seja de ensino comum seja de ensino especial, independentemente da categoria à qual pertencem ou podem ser encaixados. Esse acesso precisa depender unicamente das necessidades especiais de qualquer aluno. Significa que os recursos de Educação Especial estão à disposição também dos alunos e professores de ensino comum. Significa que precisa haver trânsito livre entre o ensino comum e o ensino especial, com reagrupamentos constantes de alunos conforme atividades e dificuldades específicas. Significa, acima de tudo, que precisa haver um planejamento conjunto entre o ensino comum e o ensino especial ou, mais especificamente, um planejamento único da escola, realizado pelo conjunto de professores de ensino comum e de ensino especial e destinado ao conjunto dos alunos da escola.

Tal modo de funcionamento do ensino comum/ensino especial exige, evidentemente, que os professores do ensino comum possam receber, na sua formação, alguns conhecimentos básicos sobre alunos com necessidades especiais e recursos especiais, bem como alguma experiência pedagógica com tais alunos.

ABSTRACT: Issues relating to Special Education teacher training are discussed, pointing at difficulties commonly faced by teachers and students. Criticisms frequently directed to Special Education are analysed, assessing the outcomes of specialized teaching. It is concluded that Special Education resources need to be more carefully and suitably used, trying to set up new patterns of relationship and integration to General Education.

KEYWORDS: General Education; Special Education; teacher training.

Referências Bibliográficas

CARNINE, D. W., KAMEENUI, E. J. The general education initiative and children with special needs: a false dilemma in the face of true problems. *Journal of Learning Disabilities*, v. 23, p. 141-44, 1990.

- DUNN, L. M. Special Education for the mildly retarded: is much of it justifiable? *Exceptional Children*, v. 35, p. 5-22, 1968.
- JOHNSON, G. O. Special education for the mentally handicapped: a paradox. *Exceptional Children*, v. 29, p. 62-69, 1962.
- STAINBACK, W., STAINBACK, S. A rationale for the merger of special and regular education. *Exceptional Children*, v. 51, p. 102-11, 1984.